



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

CURRÍCULO: Perspectivas e realidades

Belo Horizonte

2015

MARCIA PAULINA JORGE

CURRÍCULO: Perspectivas e realidades

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação da Professora Ma. Beatriz Lopes Falcão.

Belo Horizonte

2015

MÁRCIA PAULINA JORGE

CURRÍCULO: Perspectivas e realidades

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 03 de outubro de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Profa. Ma. Beatriz Lopes Falcão – Orientadora

Márcia Paulina Jorge - Cursista

Belo Horizonte

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida.

Agradeço a meus pais, pelo cuidado e amor a mim dispensados.

Aos colegas de trabalho que sempre foram força nas horas difíceis e de desânimo.

Aos professores, que no decorrer deste curso, tanto se dedicaram para a transmissão de conhecimentos.

Às professoras Adriana e Beatriz, que com carinho nos fizeram crescer e aprender mais.

Aos colegas de curso pelo enriquecimento na troca de experiências.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho visa desenvolver uma análise e interpretação do currículo e sua aplicabilidade nos espaços escolares. Apresenta-se aqui, em linhas gerais, uma revisão bibliográfica sobre as práticas do currículo, bem como os processos de sua elaboração, sua importância para o desenvolvimento de instrumentos possibilitadores do saber e da interação entre conhecimento prático e teórico. O trabalho aqui desenvolvido teve como objetivo identificar as questões fundamentais que norteiam o desenvolvimento do currículo. Além disso, sugerem-se métodos para estudar as questões sobre formulação do currículo e explica-se os procedimentos pelos quais é possível desenvolvê-las. Autores basilares como Silva, Moreira e Tyler deram suporte ao desenvolvimento deste estudo. Foi possível identificar o quanto o currículo já evoluiu ao longo da caminhada, contudo, há muitas conquistas necessárias para que seja desenvolvido e aplicado de maneira efetiva em sala de aula.

Palavras-chave: Currículo. Formação de saberes. Política de currículo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. O CURRÍCULO COMO POLÍTICA CULTURAL	9
3 O CURRÍCULO NA REALIDADE ESCOLAR.....	15
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
5. REFERÊNCIAS.....	25
6. ANEXO.....	26

1. INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento de um currículo escolar que atenda às necessidades educacionais de acordo com cada especificidade dos alunos, primeiramente é necessário entendimento prévio das teorias do currículo.

Podemos começar pela discussão da própria noção de “teoria”. Na qual, conforme defende Silva (1999, p. 11): “a teoria é uma representação, uma imagem, um reflexo, um signo de uma realidade que – cronologicamente, ontologicamente – a precede.” Dessa forma, “a teoria do currículo começaria por supor que existe, “lá fora”, esperando para ser descoberta, descrita e explicada, uma coisa chamada “currículo”. E nessa direção, “o currículo seria um objeto que precederia a teoria, a qual só entraria em cena para descobri-lo, descrevê-lo, explicá-lo.”

Das perspectivas para o descobrimento do currículo adequado a determinado público de educandos, surge o objeto que a teoria supostamente descreve que é, efetivamente, um produto de sua criação. Sendo assim, a perspectiva para a implantação de um currículo objetivo precisamente deve envolver as descrições da realidade em sua produção.

A questão central deste estudo é saber qual conhecimento deve ser ensinado, além de explicitar as questões comuns dentre os diferentes e diversos públicos existentes em sala de aula.

Partindo-se do pressuposto de que o currículo é sempre o resultado de uma seleção de um universo mais amplo de conhecimento e saberes, o adequado no trabalho em sala de aula é selecionar-se aquela parte que vai construir, precisamente, o currículo que possibilite a troca de conhecimentos entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, conforme defende Silva (1999, p. 17) “as teorias críticas de currículo, ao deslocar a ênfase dos conceitos simplesmente pedagógicos de ensino e aprendizagem para os conceitos de ideologia e poder, por exemplo, nos permitiram ver a educação de uma nova perspectiva.” Dessa forma, o presente estudo busca

identificar as questões fundamentais que norteiam o desenvolvimento do currículo, sendo desenvolvido nos próximos capítulos os estudos que deram suporte a esse objetivo.

2. O CURRÍCULO COMO POLÍTICA CULTURAL

O currículo envolve ensino e pesquisa sendo necessário que as instituições de ensino tenham um maior envolvimento na formulação e acompanhamento deste. Assim, nas instituições onde a vontade política e o esforço organizado dos profissionais permitem conquistar esforços e até subsídios para a pesquisa, é possível encontrar, de modo geral, um trabalho que nitidamente pode ser percebido no implemento e desenvolvimento da política cultural do currículo.

Silva (1999, p. 54) defende que é “através de um processo pedagógico que permita às pessoas se tornarem conscientes do papel de controle e poder exercido pelas instituições e pelas estruturas sociais que elas podem se tornar emancipadas ou libertadas de seu poder e controle.”

Para o autor citado, há “três conceitos centrais a essa concepção emancipadora ou libertadora do currículo e da pedagogia: esfera pública, intelectual transformador, voz” (Silva, 1999, p. 54).

Infelizmente, em muitas instituições, os currículos não passam de meros instrumentos formais que funcionam como condição para que o docente tenha algum conhecimento das regras de ensino desta instituição, ou seja, não dão o devido valor a formulação, acompanhamento e execução do currículo de qualidade e condicente com a realidade escolar. Em grande parte, não há o apoio da esfera pública, o que dificulta ainda mais a política do currículo de qualidade.

Na contramão dessa realidade, o autor esclarece que a escola e o currículo devam ser os locais onde os estudantes tenham a oportunidade de exercer habilidades democráticas da discussão e da participação, de questionamento dos pressupostos do senso comum da vida social, sendo assim, a escola deve funcionar como uma esfera pública democrática.

Tomando como base a noção de “intelectual orgânico” de Gramsci, Silva (1999) comenta que Giroux vê os professores e as professoras como “intelectuais transformadores”, por serem vistos como pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação.

Cabe aqui ressaltar, que a definição de “intelectual orgânico” é melhor entendida como sendo uma direção política e intelectual de uma ou várias classes, sendo que, Gramsci utiliza este conceito como uma orientação para a conquista do consenso, antes de uma tomada de poder e implica em uma política de alianças.

Nesse sentido, conforme defende o autor, “o currículo não está simplesmente envolvido com a transmissão de “fatos” e conhecimentos “objetivos”. O currículo é um local onde, ativamente, se produzem e se criam significados sociais” (Silva, 1999, p. 55).

Nos pensamentos de Tyler (1977) para que a escola alcance objetivos educacionais de acordo com as necessidades reais, deve-se primeiramente esclarecer que é necessário traçar metas, planejar um programa educacional e principalmente, envidar esforços para que o melhoramento do currículo seja contínuo.

As questões iniciais para a orientação da elaboração do currículo escolar, são: o que acontece em sala de aula? A sala é um campo exclusivo da reprodução social? Acontecem nela, necessariamente, a reprodução do ensino e do currículo, o papel reprodutivo do professor? Estes questionamentos devem ser respondidos de maneira que a adequação do currículo à realidade escolar perpassa pelo ensino de forma que o professor realmente possa executá-lo.

Ao se discutir sobre os aspectos do programa educacional, Tyler (1977) ressalta que devemos inicialmente determinar exatamente quais são os objetivos educacionais que se tem em vista, já que todos os aspectos do programa educacional são meios de realizar objetivos educacionais básicos.

O autor discute os princípios básicos de currículo e ensino e esclarece que nenhuma fonte isolada de informação é adequada a fornecer uma base para decisões amplas e criteriosas sobre os objetivos da escola (Tyler, 1977). Ou seja, é necessário que as fontes de informação sejam obtidas em conjunto, de maneira que possibilite fornecer a base para decisões que permeiam os objetivos da escola e da educação de qualidade.

Segundo o autor supracitado, cabe ao professor romper com este modelo abstrato, teórico, neutro, reprodutivo, e construir um currículo identificado com a realidade, resgatando a cultura de que os alunos são portadores de conhecimentos que

podem ser transcritos para os ensinamentos em sala de aula e possibilitar a construção do conhecimento conjunto.

Para Tyler (1977) os objetivos educacionais apresentam os tipos de mudança de comportamento que uma instituição educacional se esforça por suscitar nos seus alunos. Sendo que o estudo do aluno só sugere objetivos quando a informação a respeito dele é comparada com alguns padrões desejáveis, com alguma concepção das normas desejáveis, de modo que se possa identificar a diferença entre a condição atual do aluno e a norma aceitável.

Dessa forma, a reconstrução do currículo deve ser analisada, também sob a perspectiva do currículo percebido pela professora, pelos professores-alunos e de como foi operacionalizado.

Tyler (1977, p. 6) esclarece que “um dos problemas da educação é canalizar os meios pelos quais essas necessidades são satisfeitas de modo que o comportamento resultante seja socialmente aceitável, ao mesmo tempo em que as carências são aliviadas e o organismo não fica submetido a tensões contínuas e sem alívio”.

Nesse sentido, a análise orientada pelas questões propostas, deve propor uma reflexão sobre o processo de reconstrução do currículo na sala de aula e sobre o significado do currículo trabalhado, sendo este um currículo democrático e ao mesmo tempo crítico.

De acordo com Tyler (1977, p. 8) “os esforços da escola devem focalizar-se particularmente em falhas sérias no desenvolvimento atual dos estudantes.” E esclarece que a maioria desses estudos consta de duas partes: a primeira, verificar a condição presente dos alunos, e a segunda comparar essa condição com normas aceitáveis a fim de identificar as falhas ou necessidades.

Nesse ponto, é necessário que o trabalho seja crítico, de maneira a possibilitar um esforço contínuo de ação, reflexão, de teorização sobre a prática, assumindo um papel de professor que presa em resguardar a especificidade do ensino e perceba claramente quais os limites de cada um.

Outro ponto a ressaltar é que, conforme defende Tyler (1977, p. 10), “é necessário identificar os interesses das crianças para que se tornem o foco da atenção

educacional”, pois quando esses interesses são desejáveis, eles podem fornecer o ponto de partida de uma educação eficaz.

Isso envolve tanto a questão metodológica que se coloca para o professor, quanto à seleção, a leitura e análise da bibliografia existente sobre os interesses educacionais dos alunos.

Moreira (2007, p. 17) ao tratar do currículo, conhecimento e cultura acrescenta que “questões referentes ao currículo têm-se constituído em frequente alvo de atenção de autoridades, professores, gestores, pais, estudantes, membros da comunidade.”

Para o autor, “à palavra currículo associam-se distintas concepções, que derivam dos diversos modos de como a educação é concebida historicamente, bem como das influências teóricas que a afetam e se fazem hegemônicas em um dado momento” (Moreira, 2007, p. 17).

O crescimento e a convergência do potencial das tecnologias da informação e da comunicação fazem com que as abordagens do currículo atual, possam contribuir para a expansão do ensino de qualidade no Brasil, além de favorecer a transformação dos métodos tradicionais de ensino em uma inovadora proposta pedagógica que incluem atividades mais dinâmicas em sala de aula.

Segundo Moreira (2007, p. 17-18) diferentes fatores socioeconômicos, políticos e culturais contribuem para que currículo venha a ser entendido como:

- a) Os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- b) As experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos sistemas educacionais;
- c) Os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- d) Os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- e) Os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Moreira (2007, p.18) ressalta que:

Sem pretender considerar qualquer uma dessas ou de outras concepções como certa ou como errada, já que elas refletem variados posicionamentos, compromissos e pontos de vista teóricos, podemos afirmar que as discussões sobre o currículo incorporam, com maior ou menor ênfase, discussões sobre os conhecimentos escolares, sobre os procedimentos e as relações sociais que conformam o cenário em que os conhecimentos se ensinam e se aprendem,

sobre as transformações que desejamos inculcar e sobre as indenidades que pretendemos construir.

Moreira (2007, p. 18) ainda esclarece que “a palavra currículo tem sido também utilizada para indicar efeitos alcançados na escola, que não estão explicitados nos planos e nas propostas, não sendo sempre, por isso, claramente percebidos pela comunidade escolar.”

O currículo então, deveria ser elaborado com base na ideia de que os alunos precisam de instrumentos didáticos que os apoiem, tendo como objetivo permitir que os estudantes ampliem seu conhecimento teórico, ao mesmo tempo em que aprendam a partir de suas experiências, desenvolvendo a capacidade de analisar o mundo a seu redor.

Para Moreira (2007, p. 28) “é por meio do currículo que certos grupos sociais, especialmente dos dominantes, expressam sua visão de mundo, seu projeto social, sua “verdade”. Assim, “o currículo representa um conjunto de práticas que propiciam a produção, a circulação e o consumo de significados no espaço social que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais.”

Para tanto, o currículo necessita então, possuir um alto grau de dialogicidade, aprofundando o conhecimento de forma que proporcione acesso à realidade e a conhecimentos transformadores.

Sobre tal aspecto, Moreira (2007, p. 20) defende que “a escola precisa preparar-se para bem socializar os conhecimentos escolares e facilitar o acesso do (a) estudante a outros saberes, já que o currículo é, por consequência, um dispositivo de grande efeito no processo de construção da identidade do (a) aluno.”

E, como não deve haver limites para o aprendizado, os alunos que quiserem ampliar seus estudos deveriam poder encontrar na íntegra, materiais que serviriam de suporte aos saberes trabalhados em sala de aula e que possam ser associados a realidade da vida cotidiana.

É nesse sentido que irá tratar sobre a realidade escolar na construção do currículo, pois, conforme Moreira e Silva (1994 *apud* Moreira, 2007, p. 28) “currículo refere-se, portanto, a criação, recriação, contestação e transgressão, sendo que o

objetivo maior concentra-se, na contextualização e na compreensão do processo de construção das diferenças e das desigualdades.”

Segundo Moreira (2007, p. 30), “é necessário que os currículos desenvolvidos tornem evidente que o existente nem pode ser aceito sem questionamento nem é imutável; constitui-se, sim, em estímulo para resistências, para críticas e para a formação e a promoção de novas situações pedagógicas e novas relações sociais.”

Portanto, somados às experiências dos professores, coordenadores pedagógicos e estudantes o currículo deverá possibilitar recursos para realmente fazer a diferença na vida e na carreira de seus estudantes e também, para contribuir com o futuro de nosso país.

3 O CURRÍCULO NA REALIDADE ESCOLAR

O currículo escolar deve contar com a presença especialmente da comunidade onde a escola está inserida, além de apresentar a intenção de preparar os educandos para os desafios da educação básica, capacitando-o para discutir questões inerentes a esse processo, preparando-o para conhecer as especificidades da realidade fora do ambiente escolar.

Para Moreira (2007, p. 31) “elaborar currículos culturalmente orientados demanda uma nova postura, por parte da comunidade escolar, de abertura às distintas manifestações culturais.” Dessa forma, “após a adoção de uma nova postura frente à pluralidade, outros princípios e propósitos podem mostrar-se úteis na formulação dos currículos, tais como: reescrever o conhecimento escolar usual, tendo-se em mente as diferentes raízes étnicas e os diferentes pontos de vista envolvidos em sua produção” (p. 32).

E o profissional da educação deve estar preparado para realizar as adaptações curriculares e trabalhar as diversas situações ainda muito presente em nossas escolas.

Silva (1990, p. 12) defende que “ao se reconhecer que a escola não é uma instituição totalmente determinada e as pessoas não são espelhos passivos da economia, mas agentes ativos do processo de produzir cultura e conhecimento, tem-se um campo para a contestação das relações sociais dominantes”.

O que a autora defende é que a escola funciona como possibilitadora do conhecimento crítico da realidade existente, e funciona como agente na produção da cultura de conhecimento e desenvolvimento humano diante das relações sociais existentes.

Segundo Silva (1990, p. 12) “as escolas exercem diferentes papéis: o de reprodução, o de produção e o de legitimação do conhecimento”. No papel reprodutivo, cabe à escola a seleção e a distribuição do conhecimento. Considerando que: “A estruturação do conhecimento será relacionada com o controle social e cultural da sociedade” E o papel de produção é aquele “que a escola exerce enquanto

instituição cultural que cria conhecimento técnico-administrativo em alto nível para ser utilizado pelas empresas econômicas” (Silva, 1990, p. 13).

Silva (1990, p. 13) explica que “o papel da legitimação é entendido como sendo a justificação da ação de um grupo e sua aceitação social”. Neste caso, o papel da escola está em fazer com que o sistema econômico pareça natural, justo, ao mesmo tempo em que mascara as desigualdades e promove a discriminação quanto à classe, raça e sexo.

Na realidade de grande parte das escolas, infelizmente, não se reúne esforços da comunidade e do aluno, o que gera uma situação de desvantagem em relação as especificações do governo e de como deveria ser o currículo escolar.

Ao tratar sobre a construção de um currículo crítico, Silva (1990, p. 17) ressalta que “a compreensão do cotidiano de uma postura crítica leva o contestar que tudo que exista na cotidianidade popular seja pura produção da ideologia dominante”, para a autora, “um trabalho educacional a partir da realidade, da ação cotidiana, do povo, de cada um de nós, vai possibilitar o diálogo permanente, crítico”. Assim, as ideias que forem surgindo como reflexão sobre a ação não serão aceitas como ideias-modelo, mas como fazendo parte de um processo de recriação permanente.

A formulação do currículo na perspectiva crítica desafia professores, levando-os a refletir sobre o exercício da docência e a buscar formação e estratégias que permitam ações direcionadas a realidade existente. Porém, na realidade escolar, isso não ocorre, inúmeras vezes, o professor não adequa os conteúdos do currículo e pouco se importa em construir uma educação de qualidade.

Silva (1990, p. 16) acrescenta que “um currículo na perspectiva crítica, no trabalhar com a construção do conhecimento, no ato mesmo do ensinar, precisa da criatividade dos professores e dos alunos para produzir um conhecimento emergente da cultura e da realidade em que estiver inserido”.

No entanto, observo que os professores em grande parte, não estão motivados a acrescentar essa perspectiva crítica, nem tão pouco trabalhar a construção do conhecimento. Muitos destes, estão ali simplesmente para “cumprir horário” e não se interessam em fazer acontecer.

Silva (1990, p. 35) ao tratar sobre os níveis do currículo numa perspectiva crítica, cita Domingues¹, que, depois de visitar centenas de salas de aula, afirma que:

- a) Um currículo formal: o que foi prescrito como desejável por alguma organização normativa;
- b) Um currículo operacional: o que ocorre, de fato, na sala de aula. Em outras palavras, o que o observador vê quando está presente na sala de aula;
- c) Um currículo percebido: o que o professor diz que está fazendo e o porquê dessa ação;
- d) Um currículo experienciado: o que os alunos percebem e como reagem ao que está sendo oferecido.

Para Silva (1990, p. 38) “o conhecimento que o professor tem da realidade e sua posição em relação ao saber vão influenciar sua atitude para com o currículo – a favor ou contra a reprodução. A forma de trabalhar o currículo revela o projeto político-pedagógico com que o professor está comprometido”.

Na verdade, todo o sistema de ensino deve ter clareza em relação a sua proposta curricular, o que requer renovação de sua estrutura, de materiais de trabalho e principalmente, formação adequada dos profissionais de ensino.

A autora defende que “há elementos que configuram um currículo com características de trabalho crítico, tais como: participação, trabalho no processo, a análise reflexiva e crítica da sociedade, a priorização do diálogo, a capacidade de trabalhar com o conflito e o comprometimento como aluno” (Silva, 1990, p. 47).

Silva (1990, p. 47) acrescenta que “a neutralidade cedeu lugar a um trabalho político com sentido amplo”.

O que significa é que para que um currículo seja condizente com a realidade de cada grupo de alunos a ser trabalhado, é de suma importância que este seja neutro e atenda a todas as necessidades dos alunos.

É de conhecimento geral que os objetivos dos vários tipos de clientela existentes nas salas de aula deveriam influenciar de maneira significativa na formulação do currículo.

Silva (1990, p. 50) defende que “a questão curricular refere-se à formação dos professores para o ensino”. Ou seja, é necessário antes de qualquer

¹ DOMINGUES, José Luis. *O cotidiano da escola de 1º grau. O sonho e a realidade*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985.

atitude, investir na qualificação profissional dos professores para que estes possam identificar as verdadeiras necessidades de cada público ao qual irá trabalhar, e, conseqüentemente, elaborar um currículo que atenda as especificidades do público ao qual irá lecionar.

Trata-se de um desafio formar professores e conscientizar a sociedade, para que todos possam ser acolhidos pela instituição de ensino, combatendo a exclusão e reafirmando o compromisso com uma política de educação de qualidade, de forma a adequar o currículo à realidade escolar.

Silva (1990, p. 57) ressalta que é de suma importância “lidar com os comportamentos de oposição as práticas curriculares”, e acrescenta que “a realidade da sala de aula aponta para a existência do conflito, que se faz presente muito mais vezes que o consenso proposto em alguns momentos para configurar decisões de interesse grupal”.

A autora defende que “a sala de aula reproduz as relações existentes na sociedade com seus componentes de classe, cultura, resistência, contradição”. Dessa maneira, não é de se estranhar que “A luta cotidiana, difícil e contínua, ao nível da prática do ensino e do currículo que se propõe a desocultar a ideologia, passa a fazer parte desse conflito mais amplo” (Silva, 1990, p. 66).

A luta pela educação de qualidade, pela oportunidade é uma luta contínua, considerado um direito de todo cidadão, tal fato envolve atitudes de toda comunidade e a ruptura com o conceito de currículo como documento formal, aceitando-o como forma de auxílio lembrando a importância de a escola ser um espaço de aprendizagem significativa.

Silva (1999, p. 148) esclarece que

[...] é apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo seja dividido em matérias ou disciplinas, que o currículo se distribua sequencialmente em intervalos de tempo determinados, que o currículo esteja organizado hierarquicamente... É também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não.

O autor defende que com a noção de que o currículo é uma construção social aprendemos e que a pergunta importante não é “quais conhecimentos são

válidos?”, mas sim “quais conhecimentos são considerados válidos?” (Silva, 1999, p. 148).

Nesse sentido, os profissionais da educação, são também responsáveis pelo atendimento adequado e a preparação de conteúdos que possibilitem a construção conjunto do conhecimento. Os professores de posse das informações necessárias sobre cada educando podem organizar planos de ensino voltados para suas especificidades e engajar-se em um trabalho que promova aceitação de todos os alunos e a garantia de seus direitos em um espaço colaborativo. E isso só é possível com a adequação curricular.

Silva (1999, p. 150) defende que, “em suma, o currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida”.

Criar uma cultura de compromisso com uma política educacional de qualidade, é uma forma de adequação do currículo no espaço escolar e possibilita valorizar a diversidade, considerando o ritmo próprio de cada um, de maneira a aprender a conviver com os dilemas vistos fora do espaço escolar e adquirindo experiências que conferem suporte ao enfrentamento dos “problemas” sociais.

Moreira (2007, p. 43) ao discutir o currículo como um espaço de desenvolvimento de pesquisas, defende que, “em resumo, que se torne o currículo, em cada escola, um espaço para pesquisa”.

O que o autor defende é que no processo de discussão do currículo escolar, poderemos aperfeiçoar nosso desempenho profissional, nos situar melhor no mundo, nos engajar na luta por melhorá-lo, sendo que, nesse processo, poderemos despertar nos alunos e nas alunas o espírito de pesquisa, de busca, de ter prazer no aprender, no conhecer coisas novas.

O possibilitar o pensamento para transformação do saber vai além de um currículo pautado nos ensinamentos já descobertos, deve-se estimular o pensamento à descoberta de outros significados. Daí a necessidade de um posicionamento claro e de um comprometimento com a pesquisa.

Segundo Moreira (2007, p. 43) “a comunidade em que a escola se situa pode e deve participar tanto do planejamento como da implementação dos estudos. A Secretaria de Educação dever ser chamada a colaborar”.

Ou seja, o planejamento do currículo perpassa pelos conhecimentos dos professores e demais funcionários das escolas e ultrapassam os muros da instituição escolar, sendo de grande valia a presença da comunidade como um todo para a formulação deste, sem fugir às regras impostas pelas normas que norteiam as práticas educacionais.

Tyler (1977, p. 41) questiona que

[...] a finalidade de uma formulação de objetivos é indicar as espécies de mudanças a serem produzidas no estudante, de modo que as atividades de ensino possam ser planejadas e desenvolvidas de uma forma capaz de atingir esses objetivos; em outras palavras, de modo que sejam capazes de produzir essas mudanças nos alunos.

O autor defende que “quando se empreende um programa de reelaboração do currículo abrangendo a escola inteira, é necessário haver uma ampla participação do corpo docente” (Tyler, 1977, p. 117).

Os caminhos percorridos pela educação, a fim de que possa situá-lo em relação aos principais acontecimentos do mundo atual, marcam a evolução na reelaboração do currículo. Percebe-se a todo instante, a dificuldade dos profissionais da educação e até mesmo da sociedade em lidar com mudanças, com o diferente, e aceitar que as mudanças curriculares é necessário.

Segundo ensinamentos de Tyler (1977, p. 117)

[...] se o programa de ensino não for claramente compreendido por todos os professores, se cada um deles não estiver familiarizado com as espécies de experiências de aprendizagem que se pode utilizar para atingir esses objetivos, e se cada professor não for capaz de guiar as atividades dos estudantes de modo que eles tenham tais experiências, o programa educacional não será um instrumento eficiente para promover as finalidades da escola. Por isso cada professor deve participar do planejamento do currículo, pelo menos no sentido de adquirir uma compreensão adequada desses fins e meios.

O que o autor defende, é que o corpo docente trabalhe em conjunto na construção do currículo, pois só assim, seus anseios serão devidamente atendidos e as

trocas de interesses possibilitaram melhor formulação do currículo que atenda a todas as áreas e disciplinas que fazem parte do processo de aprendizagem dos alunos.

Outra questão que se apresenta na tentativa de revisão do currículo por uma escola ou parte de uma escola é a preocupação do estafe, os problemas já identificados, os dados disponíveis – todos esses são fatores a considerar quando se decide sobre o ponto inicial de intervenção.

Ao discutir sobre o currículo Moreira (2000, p. 126) esclarece que

Todavia, centrar o currículo na concretude das realidades escolares não pode significar a omissão da secretaria ou sua retirada do cenário. Pelo contrário, além dos indispensáveis recursos e incentivos a serem propiciados em uma interação constante com a escola, discussões entre os sujeitos dessa escola e técnicos comprometidos e abertos ao diálogo são necessárias para incrementar a qualidade do trabalho e garantir o sucesso da proposta, que é sempre uma integração, um projeto, que adquire forma própria em cada escola e em cada sala de aula. É essencial, portanto, que a secretaria procure acompanhar, entender e mesmo orientar como se materializa a proposta em questão nas escolas. A partir da discussão e da crítica das práticas e das atividades que se desenvolvem é que se podem tomar as decisões referentes a como melhor implementar, questionar e/ou transformar a proposta. Ou seja, a proposta é um caminho em cuja construção devem se envolver todos os sujeitos interessados no processo.

Acompanhando a evolução da educação no paradigma do currículo escolar, percebe-se a necessidade de refletir, de posicionar-se diante dos desafios de construir um escola que garanta a qualidade de ensino, modificando suas concepções sobre a forma de trabalho docente.

Moreira (2000, p. 126) ressalta que “a defesa do currículo centrado na escola apoia-se também no pressuposto de que não faz sentido a tentativa de se definir um currículo crítico universalmente válido”.

O autor defende que “a preocupação com a realidade brasileira, evidente tanto na pedagogia dos conteúdos como na educação popular, conduz à discussão referente a teorias mais ou menos autóctones, a incorporações mais ou menos críticas de modelos estrangeiros” (Moreira, 2000, p. 129).

Os primeiros passos são dados também em relação aos recursos, como aulas mais práticas, com mais exemplos verídicos.

Moreira (2000, p. 131) também defende que “os especialistas em currículo reforcem o diálogo com os que tomam decisões em diferentes níveis,

participando na elaboração, acompanhamento e avaliação de propostas curriculares oficiais”.

Segundo o autor, como “reformular currículos é alterar a prática da educação, está-se diante de problema de relação entre teoria e prática que interessa e concerne a muitos, não apenas aos técnicos, aos especialistas e aos professores” (Moreira, 2000, p. 131).

O autor reafirma que cabe, então, tanto “promover o diálogo entre esses grupos, como estendê-lo para além das escolas, das universidades e dos sistemas escolares” (Moreira, 2000, p. 131).

A integração de conhecimentos transformadores faz com que o educando possa construir uma identidade que favoreça o seu desenvolvimento integral. Contudo, verifica-se que grande parte dos professores deixa muito a desejar na participação da elaboração do currículo escolar.

Moreira esclarece que, nesse sentido, continuam válidas as palavras de Silva² (1990 p. 66), em seu estudo sobre as lições e as dúvidas de duas décadas de teorização curricular crítica:

Temos ainda que descobrir como romper o isolamento da esfera teórica e acadêmica, se quisermos que nossas teorias e elaborações sobre educação e currículo não se limitem a descrever círculos em torno de si mesmas, num movimento de autossatisfação. Essa integração deveria envolver uma cooperação mais estreita entre pesquisadores e professores universitários, professores de primeiro e segundo graus, e organizações populares tais como sindicatos e associações de moradores.

Moreira finaliza sua defesa sobre as propostas curriculares alternativas defendendo que “somente praticando essa integração aprenderemos a desenvolvê-la, a ampliar suas possibilidades e a romper seus limites” (2000, p. 132).

Nesse sentido, a escola e o educador têm papel fundamental em disseminar informações à sociedade, portanto, conhecer os aspectos de elaboração, adequação e execução de um currículo escolar, a aquisição e o desenvolvimento de atividades são de suma importância para que o professor possa também perceber e

² SILVA, T. T. *Currículo, conhecimento e democracia: as lições e as dúvidas de duas décadas*. Cadernos de Pesquisa, n. 73, 1990, pp. 59-66.

encaminhar o aluno à construção efetiva do conhecimento, como também construir um planejamento de ensino adequado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão apresentada neste trabalho, nota-se a importância da reformulação do currículo escolar nos espaços de ensino aprendizagem, levando-se em conta os interesses, habilidades, experiências e práticas de todos os professores, da comunidade, dos educandos e de toda a sociedade. Pois, só assim, a construção do conhecimento possibilitará a interação entre os processos de ensino e as realidades existentes diante das diversidades encontradas em sala de aula.

Faz-se necessário um processo de construção do currículo que possibilite a formação de cidadãos críticos e dominantes das práticas políticas e sociais, de maneira que estes possam ser formadores de opiniões favoráveis a um mundo contemporâneo, difuso e diverso.

É de conhecimento geral que as práticas curriculares devam ultrapassar os muros das escolas e envolver os interesses de todos. É de suma importância a participação da Secretaria da Educação na reformulação de currículos que realmente possibilitem as práticas de saberes necessários à realidade existente no contexto de cada escola.

Sabe-se que reformular o currículo é alterar a prática da educação, conforme esclarecimentos dos autores aqui mencionados, mas, essa alteração é importante e necessária para a construção de conhecimento mútuo e participação efetiva de toda a sociedade.

É preciso que sejam revistas novas possibilidades de implantação do currículo adequado às práticas escolares, e, que as teorias não sigam caminhos distanciados dos lugares de decisões sobre o currículo.

Somente através do estudo, adequação e/ou reformulação do currículo escolar que temos a formação de cidadãos críticos com pensamentos construtivos que consigam aliar a prática escolar às atividades sociais.

5. REFERÊNCIAS

DOMINGUES, José Luis. **O cotidiano da escola de 1º grau. O sonho e a realidade.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1985.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo:** currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. **Propostas curriculares:** limites e avanços. Revista Educação e Sociedade, ano XXI, n. 73, Dez. 2000.

SILVA, Teresinha Maria Nelli. **A construção do currículo na sala de aula:** o professor como pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Currículo, conhecimento e democracia:** as lições e as dúvidas de duas décadas. Cadernos de Pesquisa, n. 73, 1990, pp. 59-66.

TYLER, Ralph Winfred. **Princípios básicos de currículo e ensino.** Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1977.

6. ANEXO

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos



ESCOLA ESTADUAL DOUTOR ULISSES VASCONCELOS

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

**CLERA DE FARIA BARBOSA CUNHA
CRISTINA MARIA MANSUR TRINDADE
MÁRCIA PAULINA JORGE
RICARLA FRANÇA MARTINS
VALDIR ASSIS CRUZ**

SETE LAGOAS, 2014

ESCOLA ESTADUAL DOUTOR ULISSES VASCONCELOS

PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Adriana Andrade Gonçalves, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

SETE LAGOAS, 2014

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. FINALIDADES DA ESCOLA	9
2.1 OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	9
2.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	10
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	11
3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA	11
3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA	12
4. CURRÍCULO	16
5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
5.1 PLANEJAMENTO	20
6. PROCESSOS DE DECISÃO	21
6.1 PONTOS FORTES DA ESCOLA.....	22
6.2 PONTOS DE MELHORIA	25
6.3 PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA	25
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	27
7.1 PRINCÍPIOS ÉTICOS	28
7.2 PRINCÍPIOS POLÍTICOS	28
7.3 PRINCÍPIOS ESTÉTICOS	29
7.4 MISSÃO E VALORES.....	29
7.5 VISÃO	30
8. AVALIAÇÃO	30
8.1 AVALIAÇÃO INTERNA DOS ALUNOS	32
8.2 AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS	34
8.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA.....	36
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

A escola, como instituição social que busca o seu espaço na superação da ordem dominante, que predominou no Brasil com o ensino jesuítico, desde a época da colonização portuguesa, caminha em busca de ocupar um lugar de ênfase na formação do sujeito social. Ela lida com realidades diferentes e procura definir o seu papel como formadora de “habilidades e competências” exigidas pelo mercado globalizado no mundo capitalista.

Os desafios são grandes, mas não se pode fugir deles, nem mesmo fazer que eles não existam se o objetivo é o avanço no direito à educação, mas um direito sem discriminação de cor, raça, etnia, religião e outros.

Apesar de todos os esforços realizados para que todos possam ter acesso ao ensino, no Brasil, ainda é visível a defasagem na educação pública de todo o país. São muitos os problemas vividos na escola na atualidade, mas as políticas públicas, sendo analisadas e estudadas, demonstram que o papel da escola é muito importante e merece acompanhamento para que ela possa avançar, no sentido de melhorar cada vez mais.

Diante disso, compreende-se a necessidade da elaboração de um Projeto Político Pedagógico – PPP, que visa o desenvolvimento das políticas internas da escola, que implica ir além de abrir escolas e colocar nelas as crianças, mas considerar a situação de cada uma, no seu contexto econômico e social, visando o pleno desenvolvimento do ser humano.

O PPP é a identificação da escola. Um instrumento que define aspectos do currículo, da avaliação, da aprendizagem, dos direitos e deveres, visando uma conduta ética de valores humanos e morais.

Ao construir o PPP, a escola procura levar em consideração as influências diversas do meio social no qual a escola está inserida, de forma a garantir uma aprendizagem significativa e de valorização ao conhecimento prévio do educando. A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos, ao elaborar o seu PPP manteve toda a comunidade escolar reunida, compartilhando ideias e reflexões constantes, sempre com o objetivo de contemplar o todo da escola, através da realidade atual, evidenciando os aspectos essenciais definidos por lei que se constitui como marco de referência na organização de suas atividades educativas, destacando-se a sua missão, valores, princípios, seus objetivos e metas.

O PPP, tendo vigência por um período de 5 anos, ele deve ser avaliado anualmente e acrescido de ações relevantes e periódicas, como seu Plano de Ação de forma a atender às demandas da Escola e seu ajuste às novas necessidades.

Conforme a legislação vigente (BRASIL, 2006), a escola ministra o ensino fundamental, com duração de nove anos Sendo que a escola, por ser estadual segue a Resolução nº 1086, art. 3º, os anos iniciais do ensino fundamental são organizados em dois ciclos:

I - Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade.

II- Ciclo Complementar, com a duração de dois anos de escolaridade (SEE/MG, 2008).

Acredita-se que a aprendizagem, acontece em um ambiente de afetividade, por isso, a escola prioriza um ensino de qualidade, em que cada aluno identifique seu conhecimento, sendo o valor e o respeito características fundamentais, sempre observando as Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), utilizando-se dos demais recursos e fontes que possam garantir a formação de cidadãos participativos, críticos, durante sua caminhada de descoberta em busca da aprendizagem.

O fazer da Escola está embasado num modelo de aprendizagem dinâmico, interativo, no qual o aluno é o centro de todas as atenções e o professor o mediador do processo. Acredita-se que a verdadeira aprendizagem se dá quando o aluno constrói e reconstrói o conhecimento e forma conceitos sólidos sobre o mundo, o que vai possibilitar-lhe agir e reagir diante da realidade.

Assim, não há espaço na escola para a repetição mecânica, automática, e, sim, para aprendizagens contextualizadas e significativas.

Este PPP foi elaborado com a participação de todos os segmentos da comunidade Escolar, de forma crítica e reflexiva, por meio de estratégias e ações que possibilitaram a acolhida de todas as contribuições pedagógicas.

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos de Ensino Fundamental, de Sete Lagoas, foi criada pelo Decreto do Governador do Estado de Minas Gerais, nº 3638 de 14/11/1951, publicado no Jornal Oficial Minas Gerais de 16/12/1952.

Está localizada a Rua Monsenhor Messias, 111, centro, Sete Lagoas/MG, em prédio do Estado e entrou em funcionamento em 16/02/1952. EMAIL: escola141721@educacao.mg.gov.br.

O nome Dr. Ulisses Vasconcelos foi em homenagem ao grande médico Dr. Ulisses Gabriel de Castro Vasconcelos.

Foi criado na categoria de Grupo Escolar pelo Governador Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em 1952, o referido prédio possuía apenas 06 salas de aula; em 1961 a CARPE fez uma reforma no prédio; em 1969 foram reconstruídas: a cozinha e a biblioteca; em 1977 foi feita a montagem de um galpão metálico e recomposição dos pisos dos pátios; de 1985 a 1986 foi feita uma reforma geral no prédio; construção de 04 salas de aulas – 01 sala da diretora, 01 Supervisão e Orientação, reforma na

cozinha e despensa, reforma nas instalações sanitárias, colocação de 03 chuveiros, construção de instalações sanitárias para os funcionários; reforma da biblioteca e sala de mecanografia; troca de janelas de 04 salas.

De 1993 a 1996 – reforma geral do prédio: rede hidráulica; rede elétrica; cozinha e despensa; troca de todo o piso das varandas e salas de aulas; sala da supervisão; reforma geral dos banheiros masculino, feminino e dos funcionários; retirada do chapisco e pedras das paredes; reforma da secretaria e das salas 01 e 06; iluminação do pátio; restauração da fachada do prédio (retornando sua história); pintura e iluminação no muro da escola.

De 2000 a 2004, foram construídos bancos e mesas de ardósia e alvenaria nos pátios laterais, reforma das salas 08, 09 e 11 com troca de 4 janelas e pintura, construção de 04 salas para substituir as salas 08, 09, 10, 11 e 12 adequações da escola visando um melhor atendimento ao aluno portador de necessidades especiais.

Em 2008 – reforma do telhado da escola e piso do refeitório.

Neste ano de 2014, a escola possui 718 alunos matriculados, sendo todos frequentes e todos dentro da faixa etária certa em cada ano de escolarização.

A clientela é composta de filhos de funcionários civis, do serviço público, liberais e que se preocupam, em sua maioria, com o crescimento intelectual e a formação de valores éticos. Os alunos da Escola são oriundos de diferentes bairros da cidade de Sete Lagoas.

A direção da Escola é composta pela Diretora Cristina Maria Mansur Trindade e da Vice-Diretora Ricarla França Martins.

Os professores e especialistas da Escola são efetivos, efetivados e alguns designados. Na sua maioria os professores possuem o curso normal superior ou magistério mais um curso de graduação.

O profissional da escola vem, ao longo de sua história, com muita dedicação, investindo em sua formação e atualização tendo como horizonte o seu aperfeiçoamento para a sua satisfação pessoal e em consequência o coroamento deste empenho ao alcançar a melhoria do desempenho dos alunos através de práticas pedagógicas mais eficientes.

Os demais servidores e o pessoal do quadro técnico-administrativo têm formação adequada ao cargo/função que ocupam, e em número compatível com o comporta da Escola.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação, em seu sentido fundamental, é o desenvolvimento humano em seus aspectos físicos, cognitivos e afetivo-pessoais mais humanos e mais felizes.

O professor não é o único a ensinar, mas o principal mediador entre o sujeito que aprende e o objeto do conhecimento. Todo o ensino deve ser contextualizado, que valoriza o saber dos alunos, seus avanços, sucessos, sempre atrelado ao desenvolvimento de competências e habilidades, para que os alunos sejam capazes de agir, transformar e ter sucesso.

A E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos assume como seus, os princípios e fins da educação nacional LDB nº 9394/96, onde coloca a educação como “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando” (BRASIL, 1996). E, também de acordo com a Resolução da SEE/MG nº 2197/2012, “comprometendo-se com qualidade social e garantindo um percurso contínuo de aprendizagem de forma a progredir em estudos posteriores”.

Os objetivos gerais da Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos são:

- Propiciar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades;
- Assegurar ao educando a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir em estudos posteriores;
- Promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

2.1 OBJETIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social para garantir ao educando:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- A aquisição de conhecimento e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- A promoção de um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando, assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa e garantidora do direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa.

2.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial, modalidade transversal a todas as etapas de ensino, é parte integrante da educação regular, destinada aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação são garantidos o acesso, o percurso e a permanência, caracterizando o seu processo de inclusão, mediante elaboração e monitoramento do Plano de Desenvolvimento individual – PDI.

O atendimento Educacional Especializado – AEE, identifica, elabora, organiza e oferece os recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, em constante articulação com os demais serviços ofertados.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O prédio foi construído em 1909, onde funcionou a Escola Estadual Dr. Artur Bernardes. Sabe-se que o prédio foi utilizado para outros fins até ser criada e instalada a Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos.

Atualmente, após a realização de várias reformas e ampliações do prédio, e o bom gerenciamento feito pela direção da Escola, as instalações encontram-se em boas condições de funcionamento.

O prédio possui 13 salas de aula, 01 biblioteca, pátios, 01 secretaria, 01 diretoria, laboratório de informática com 12 computadores, 03 máquinas de xerox, 01 brinquedoteca e videoteca, 02 datashow, 02 Notebook, 04 caixas de som amplificadoras, 02 microfones, 01 sala das especialistas, cozinha/despensa, 03 depósitos, 01 almoxarifado, 01 banheiro para os professores, 02 banheiros sendo 01 masculino e 01 feminino com 04 sanitários cada um, 01 refeitório com 10 mesas e 20 bancos, 01 palco para apresentações, 01 sala de professores.

3.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A direção da Escola é composta pela Diretora Cristina Maria Mansur Trindade e da Vice-Diretora Ricarla França Martins.

Os professores e especialistas da Escola são efetivos, efetivados e alguns designados. Na sua maioria os professores possuem o curso normal superior ou magistério mais um curso de graduação.

O profissional da escola vem, ao longo de sua história, com muita dedicação, investindo em sua formação e atualização tendo como horizonte o seu aperfeiçoamento para a sua satisfação pessoal e em consequência o coroamento

deste empenho ao alcançar a melhoria do desempenho dos alunos através de práticas pedagógicas mais eficientes.

Os demais servidores e o pessoal do quadro técnico-administrativo têm formação adequada ao cargo/função que ocupam, e em número compatível com o comporta da Escola.

A escola conta com verbas oriundas dos governos estadual e federal. Dispõe de uma Caixa Escolar é regida por regulamento próprio e seu funcionamento se dá em conformidade com a legislação vigente.

A Caixa Escolar tem por finalidade:

I – Gerenciar os recursos financeiros destinados às ações do processo educativo, assegurando que eles sejam revertidos em benefício do aluno;

II - Promover, em caráter complementar e subsidiário, a melhoria qualitativa do ensino;

III- Colaborar na execução de uma política de concepção da Escola, essencialmente democrática, como agente de mudanças, que busca melhoria contínua em todas as dimensões;

IV - Contribuir para o funcionamento eficiente e criativo da Escola, vinculada a Caixa Escolar, por meio de ações que garantam sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

O uso dos recursos transferidos para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) segue as orientações do mesmo em relação à aquisição de produtos.

3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

A Matrícula é o registro do ingresso do aluno na unidade escolar. A escola deve divulgar edital da matrícula por todos os meios possíveis.

A matrícula será feita por solicitação dos pais ou responsável e ocorre em qualquer época do ano.

A escola renova ou efetiva a matrícula dos alunos a cada ano letivo, sendo vedada qualquer forma de discriminação, em especial aquelas decorrentes da origem, gênero, etnia, cor e idade.

O processo de enturmação dos alunos é realizado pela equipe pedagógica e a direção considerando critérios institucionais de caráter pedagógico que contribuem para um ambiente mais propício à aprendizagem.

Segundo CURY (2007,p.491),

Turmas homogêneas devem ser evitadas a fim de se propiciar a valorização de experiências diferenciadas, o respeito ao outro diferente, a pluralidade cultural e, por vezes, o que se põe no inciso IV do art. 3º da LDB que é o apreço à tolerância. Isso condiz com o que está disposto no artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente: *No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente [...].*

No processo de organização das turmas devem ser seguidos os seguintes critérios:

- Equilíbrio do número de alunos que são constituídos de até 30 alunos do 2º ao 5º ano e até 25 alunos para as turmas de 1º ano;
- Idade cronológica;
- Nível de conhecimento (rendimento escolar) mais próximo, baseado nas avaliações diagnósticas realizadas pela Escola, nas observações feitas pelos professores, nos conselhos de classe, nas entrevistas individuais com as professoras e nos acompanhamentos feitos pelas especialistas e direção da Escola, tendo como objetivo uma possível equiparação de desempenho.

A direção e equipe pedagógica reúnem-se com os professores semanalmente para discutir assuntos relacionados aos planejamentos, avaliações, desempenho dos alunos e outros pertinentes a educação e, no mínimo, bimestralmente, para a avaliação coletiva do trabalho pedagógico.

A parceria entre escola e família é extremamente importante para a garantia de uma educação de qualidade.

A educação é um serviço público, e o pai, um cidadão que deve acompanhar e trabalhar pela melhoria da qualidade do ensino.

Não dá para contar com os pais e professores apenas na organização de festas. Partindo deste princípio, a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre questões pedagógicas. Pais informados sobre o trabalho desenvolvido passarão a se sentir comprometidos com a escola.

As reuniões devem ser muito bem planejadas, com objetivos bem definidos, ambiente acolhedor, direito de voz e respeito. A discussão deve avançar na procura das melhores oportunidades de promover um encontro positivo entre pais e professores.

A escola será muito melhor em parceria com os pais. A presença deles é essencial para a aprendizagem de sucesso dos alunos. Por isso conta com reunião bimestral conforme cronograma enviado antecipadamente e eventualmente, quando for necessário.

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Em seus planejamentos, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos.

Lopes indica alguns pressupostos para um planejamento de ensino que considere a dinamicidade do conhecimento escolar e sua articulação com a realidade histórica. São eles:

produzir conhecimentos tem o significado de processo, de reflexão permanente sobre os conteúdos aprendidos buscando analisá-los sob diferentes pontos de vista; significa desenvolver a atitude de curiosidade científica, de investigação da realidade, não aceitando como conhecimentos perfeitos e acabados os conteúdos transmitidos pela escola (LOPES, 1988, p.22).

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Em seus planejamentos, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos.

4. CURRÍCULO

A Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, por ser uma escola estadual deve seguir determinações advindas da Secretaria de Estado da Educação. Sendo assim, a escola procura evidenciar um currículo baseado numa educação concebida pela aprendizagem significativa voltada para a realização plena do ser humano, alcançada pela convivência e pela ação concreta, qualificada pelo conhecimento.

O currículo expressa a função social da escola. É o elemento mais importante para o desenvolvimento da prática pedagógica. Ressalte-se ainda que, no currículo, se entrecruzam componentes diversos e determinações de todo o sistema escolar.

Para Moreira e Candau (2008, p.19),

O currículo é, em outras palavras, o coração da escola, o espaço central em que todos atuamos o que nos torna, nos diferentes níveis do processo educacional, responsáveis por sua elaboração. O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos construídos que sistematizam nas escolas e nas salas de aula.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica, o currículo deve ser constituído pelas experiências escolares que se desenvolvem em torno do conhecimento que procura valorizar as experiências prévias do aluno com os conhecimentos historicamente acumulados, contribuindo assim para a construção da identidade do estudante.

De acordo com Guedes-Pinto e Leal (PACTO/LP, unidade 2, ano 3, p. 7):

o currículo é construído na prática diária de professores e, portanto, nem sempre reflete exatamente o que os documentos oficiais orientam, mas

também não pode ser entendido como decisão de cada um, precisa ser na verdade, fruto de construções coletivas que tenham como norte princípios partilhados.

De acordo com a Resolução SEE 2197 na organização curricular dos ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Componentes Curriculares devem ser abordados a partir da prática e vivência dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

- I - Os eixos temáticos dos Componentes Curriculares Ciências, História e Geografia, são abordados de forma articulada com o processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.
- II – A questão ambiental contemporânea é abordada partindo da preservação do planeta e do ambiente onde vivem.
- III – O Componente Curricular Arte oportuniza aos alunos momento de recreação e ludicidade, por meio de atividade artístico culturais.
- IV – O Ensino Religioso reforça os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz. (Resolução SEE/MG, nº 2.197/12).

O Ensino Fundamental, etapa de escolarização obrigatória, deve comprometer-se com uma educação com qualidade social e garantir, segundo Resolução SEE/MG, nº 2.197/12, ao educando:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, com pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores, como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A inserção dos temas transversais no currículo escolar, atua como eixo norteador que possibilita a discussão de questões que promovem a análise e reflexão a ponto de provocar mudanças de comportamento e atitudes necessárias que permitam ao educando estabelecer uma relação entre o conhecimento sistematizado com a realidade a seu entorno.

A escola deverá integrar diferentes disciplinas a um eixo temático que possibilitará, ao educando a compreensão plena dos componentes curriculares e seus conteúdos.

Neste ano de 2014, o projeto institucional desenvolvido pela escola apresenta como tema “Mexa-se! Em terra de copa do mundo não vá ficar parado... exercite o corpo e a mente e deixe a preguiça de lado!”

Este projeto será desenvolvido, procurando atender a necessidade do movimento da criança, tanto do corpo quanto da mente, aliada ao grande evento esportivo que é a Copa do Mundo. Contudo, pretende-se também estimular o prazer em fazer exercícios físicos, brincar, desenvolver o raciocínio lógico, desafiando as capacidades através de gincanas do conhecimento, campeonatos, disputas saudáveis entre as próprias crianças da sala, bem como com outras turmas possibilitando também o envolvimento de toda comunidade escolar.

Além do projeto citado, a escola coloca em prática todos os anos o projeto da Praça literária, que procura desenvolver no educando o prazer pela leitura, por meio de atividades prazerosas como apresentações de teatro, recital de poemas, mostra de talentos, contação de histórias dentre outras apresentações.

5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Conforme art. 24 e 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada com a carga horária mínima anual de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Na Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos, as turmas do Ensino Fundamental do Ciclo da Alfabetização, com a duração de 03 (três) anos de escolaridades, 1º, 2º e 3º anos são ofertados no turno vespertino e do Ciclo Complementar, com a duração de 02 (dois) anos de escolaridade, 4º e 5º anos são ofertados no turno matutino.

De acordo com a Resolução SEE/MG nº 2.197/12, os ciclos de Alfabetização e Complementar devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, com foco na alfabetização e letramento, voltados para ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Por se localizar numa área central da cidade de Sete Lagoas, a Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos não dispõe de muitos espaços para atividades diversificadas com os alunos. Portanto somente são utilizados os espaços do laboratório de informática, biblioteca e os pequenos pátios que são divididos para refeitório, auditórios, aulas de Educação Física e recreio.

5.1 PLANEJAMENTO

A Escola adota uma metodologia educacional ativa e interativa, cujos alunos são sujeitos da aprendizagem e o professor mediador do processo. Os procedimentos metodológicos são operatórios, cujas operações mentais são requisitadas, tais como: a observação, a experimentação, a comparação, a análise, a síntese, o trabalho em grupo, a memorização compreensiva, a investigação, os jogos, a pesquisa, a pedagogia de projetos, a contextualização dos conteúdos e o trabalho interdisciplinar, tornando o ensino significativo.

Os professores zelam pela qualidade do ensino, utilizando procedimentos metodológicos que apresentam atividades lúdicas, contato com a natureza, com os espaços da escola e de seu entorno, com a cultura e a interação dos alunos uns com os outros.

Com reuniões semanais destinadas a reuniões de planejamento, os professores especificam a metodologia privilegiada em cada etapa ou modalidade de ensino e levam em conta o nível de conhecimento e o ritmo de aprendizagem dos seus alunos procurando aperfeiçoar sua prática de sala de aula e garantir o sucesso dos alunos no processo de ensino-aprendizagem.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

Na Escola Estadual Ulisses Vasconcelos, muitas inquietudes e necessidades surgem quando se fala em decisões. Esse processo, muitas vezes, gera necessidades de soluções que, mesmo aparentemente evidentes, faz-se necessário a existência do diálogo com o objetivo de manter as relações de confiança entre a comunidade escolar.

A escola busca alternativas em meio a uma gestão democrática e participativa, sempre com o intuito de minimizar os problemas e ir além do aporte de condições materiais, técnicas e emocionais. Em seus momentos mais difíceis, a instituição conta com a política educacional democrática nos processos de decisão e nas relações entre os órgãos internos e externos.

O que prevalece nas relações da escola é a capacidade de seus funcionários, alunos e pais terem uma visão crítica da hierarquia no desenvolvimento do trabalho entre seres humanos sem autoritarismo, estabelecendo relações de confiança entre os mesmos. A pouca rotatividade de funcionários também contribuiu para o fortalecimento do grupo.

É importante ressaltar que os processos eletivos da escola são bem democráticos e os gestores são escolhidos através de eleição, mantendo a soberania popular no contexto da política educacional que a escola representa.

A participação do colegiado, já constituído na escola, tende a contribuir favorecendo os aspectos de democracia e liberdade de todos os que dela participam, como pais, alunos e professores. Por ser uma escola de ensino fundamental de 1º ao 5º ano, a escola não possui o grêmio estudantil.

A concepção de educação participativa segundo GANDIN (1994), ampara-se em uma leitura do mundo na qual é fundamental a ideia de que nossa realidade é

injusta e de que essa injustiça decorre, em grande medida, na falta de participação do sujeito em todos os níveis e aspectos da condição humana.

Essa concepção tende a tornar-se mais forte à medida que a sociedade incorpora os valores de liberdade, ética e cidadania. A internalização da democracia como um valor maior vem trazendo alterações nas relações de poder que acontecem no interior da escola, que passa a requerer uma organização baseada na participação, no diálogo e no respeito.

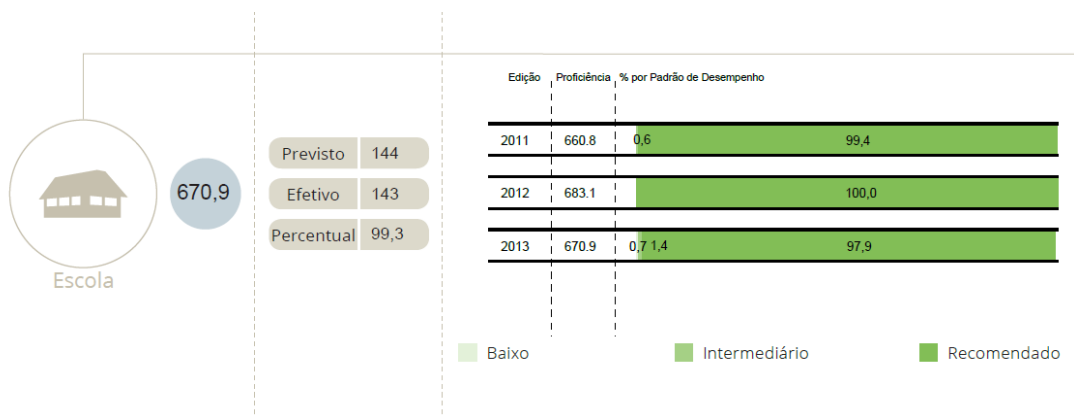
Tudo isso significa que, para uma gestão ser realmente participativa, é preciso participação também nas responsabilidades de elaboração e avaliação e não apenas execução.

6.1 PONTOS FORTES DA ESCOLA

O diagnóstico da E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos foi realizado, considerando sua estrutura nas quatro dimensões: pedagógica, administrativa, financeira e jurídica.

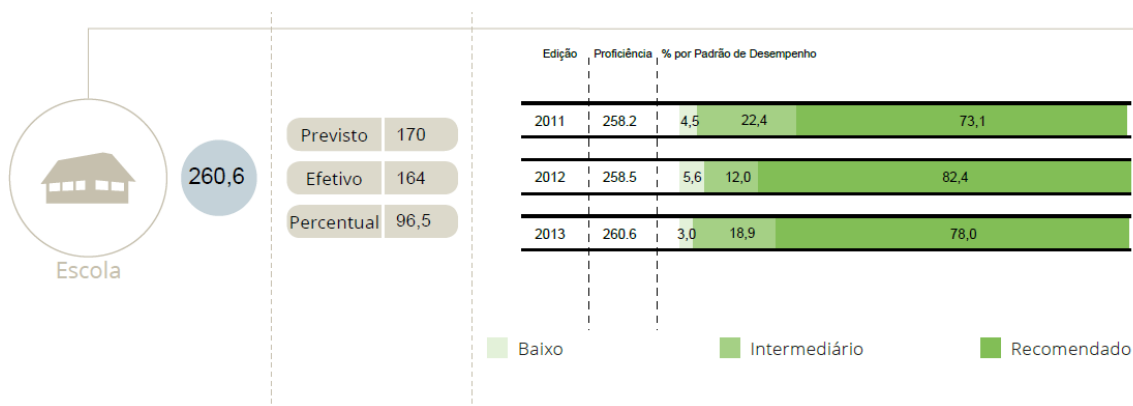
- Resultados das avaliações do Programa de Avaliação da Alfabetização - PROALFA, avalia alunos do 3º ano do Ensino Fundamental e Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, avalia alunos do 5º ano do Ensino Fundamental e PROVA BRASIL, comprovam avanços no desempenho dos alunos, conforme mostram os dados gráficos das avaliações externas;

Resultados PROALFA em Língua Portuguesa no ano de 2013



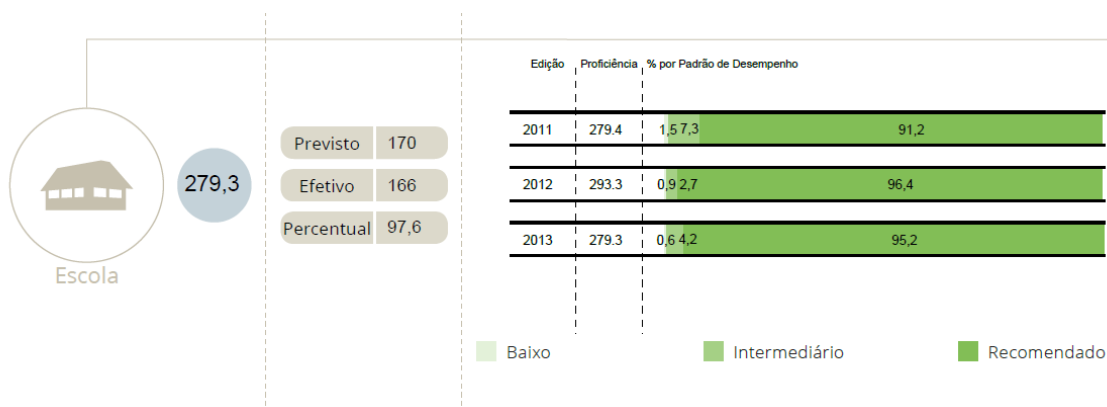
<http://www.simave.caedufjf.net/proalfa/resultados-2013/por-escola-2013/>

Resultados do PROEB em Língua Portuguesa no ano de 2013



Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-2013/>

Resultados do PROEB em Matemática no ano de 2013



Fonte: <http://www.simave.caedufjf.net/proeb/resultados-2013/>

Resultados do IDEB no ano de 2011, onde foram avaliados alunos do 5º ano do Ensino Fundamental por meio da Prova Brasil.

BRASIL Acesso à informação Participe Serviços Legislação Canais

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IDEB Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado: Escola UF: MG

Município: Sete Lagoas Nome da Escola: EE DR ULISSES VASCONCELOS

Rede de ensino: Estadual Série / Ano: 4ª série / 5º ano

4ª série / 5º ano

Escola	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EE DR ULISSES VASCONCELOS	6.2	7.0	6.8	7.4	6.2	6.5	6.8	7.0	7.2	7.3	7.5	7.7

Obs:
 * Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.
 ** Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410.
 *** Sem média na Prova Brasil 2011.

Fonte: <http://inep.gov.br>

- Gestão democrática da Escola com foco na Dimensão Pedagógica;
- Apropriação das Matrizes Curriculares;
- Elaboração do Cronograma das atividades a serem planejadas e executadas no decorrer do ano;
- Colegiado constituído;
- Existência de sala de Informática, brinquedoteca e videoteca e Biblioteca escolar;
- Residência dos servidores neste ano de 2014 é na própria comunidade, onde está localizada a escola.
- Boa estrutura física da Escola.
- Responsabilidade profissional
- Participação dos professores do Ciclo da Alfabetização no Pacto.

6.2 PONTOS DE MELHORIA

- Maior assistência das famílias em relação ao acompanhamento da vida escolar do aluno;
- Constante aprimoramento da prática pedagógica através de capacitações com profissionais especializados de outras instituições;
- Maior aproveitamento nos momentos de reuniões pedagógicas;
- Maior utilização dos materiais pedagógicos existentes na Escola;
- Maior utilização dos espaços pedagógicos existentes na Escola;
- Tornar cultura a prática de registrar as diversas situações pedagógicas, reuniões com pais, especialistas, professores, tudo que envolve o cotidiano escolar.

6.3 PRINCÍPIOS, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA

Os princípios que definem os procedimentos metodológicos a serem utilizados na sala de aula, em busca de uma educação mais sólida, estão em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento.

a) APRENDER A CONHECER – Adquirir os instrumentos da compreensão. Este tipo de aprendizagem que visa, não tanto aquisição de um repertório de saberes codificado, mas antes, domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, pode ser considerado, simultaneamente, como meio e não como uma finalidade da vida humana. Meio porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos, na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar. Finalidade: seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir.

b) APRENDER A FAZER – Para poder agir sobre o meio envolvente, ensinando o aluno a colocar em prática seus conhecimentos para solucionar problemas e interferir na realidade de forma consciente.

c) APRENDER A VIVER JUNTOS, APRENDER A VIVER COM OS OUTROS – a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas. Sem dúvida, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe à esperança posta por alguns no processo da humanidade. Aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe a esperança posta por alguns no processo da humanidade.

d) APRENDER A SER – via essencial que integra os três precedentes. A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa- espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na infância e na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A legislação educacional demonstra o reconhecimento de que a qualidade do ensino é diretamente dependente do perfil e da qualificação dos profissionais do magistério. São de interesse da comunidade escolar a formação e a valorização desses profissionais, pois eles são agentes mais importantes para garantir o cumprimento dos objetivos da educação Nacional, estabelecidos no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996)

Tais objetivos não estão inscritos para serem apenas formalmente considerados, eles devem ser seguidos mediante a existência de profissionais com qualificação em seu trabalho pedagógico.

Uma das condições para a implementação de uma política efetiva na escola é a valorização dos trabalhadores da educação que deve ser o resultado do lidar com os saberes e a relação entre as pessoas.

A gestão dos trabalhadores da educação na Escola Estadual Ulisses Vasconcelos busca promover o desenvolvimento da consciência crítica, condição básica para o desenvolvimento da cidadania, sempre destacando que o esforço coletivo se realiza em função de cumprir os objetivos.

De acordo com Gonçalves e Carmo (2001), em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório.

Assim, a escola procura sempre considerar cada um dos elementos de valorização do seu corpo docente, afim de que as políticas educacionais venham a ser de fato consistentes.

7.1 PRINCÍPIOS ÉTICOS

De acordo a Resolução 2197, SEE/MG (2012) por ética, entende-se a prática da honestidade, da integridade, da dignidade nas relações pessoais, e institucionais, tendo como referência o interesse coletivo.

Conforme os princípios norteadores constantes no Parecer CNE/CEB Nº: 11/2010, a E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos, a E. E. Dr. Ulisses Vasconcelos propicia um ambiente que estimula a vivência, a justiça, à solidariedade, liberdade e autonomia, respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar qualquer manifestação de origem, etnia, gênero, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Esses valores éticos são vivenciados por todos os que fazem parte da comunidade escolar como pais, alunos, professores, direção e demais servidores da Escola.

7.2 PRINCÍPIOS POLÍTICOS

Segundo, artigo 3º, inciso II da Resolução SEE/MG nº 2.197/12, são princípios de reconhecimento dos direitos, deveres e cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades, conforme diz a Resolução 2197 (SEE/MG, 2012).

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos assegura a todos os segmentos escolares o direito de participação na vida da Escola.

7.3 PRINCÍPIOS ESTÉTICOS

De acordo com o artigo 3º, inciso III da Resolução SEE/MG nº 2.197/12, os princípios do cultivo da sensibilidade juntamente com a racionalidade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos propõe ações que estimulam a criatividade, a criticidade, a curiosidade, a emoção e as diversas manifestações artísticas e culturais.

7.4 MISSÃO E VALORES

A Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos tem por missão potencializar as competências dos segmentos escolares (diretor, especialistas, professores, alunos, servidores, comunidade escolar), desenvolvendo o senso de coletividade e cooperação para o desenvolvimento de soluções e estratégias pedagógicas que garantem a qualidade da Escola e a permanente procura da excelência que leva à superação dos desafios e ao alcance das metas. Por isso, a Escola busca:

- a) Assegurar um ensino de qualidade, garantindo acesso e permanência dos alunos na Escola;
- b) Oferecer aos alunos um ambiente de aprendizagens significativas e contextualizadas;
- c) Ter profissionais e alunos competentes, satisfeitos e felizes;
- d) Garantir uma gestão participativa, democrática, com foco no eixo da gestão pedagógica;
- e) Garantir transparência, agir de forma clara e íntegra, compartilhando informações e experiências;

- f) Ter compromisso com o coletivo – comunicação compartilhada de informações e experiências;
- g) Zelar pela ética no desenvolvimento do trabalho e nos relacionamentos interpessoais, considerando o impacto de sua ação na realidade de outros indivíduos.

7.5 VISÃO

Ser reconhecida como uma Escola Pública de qualidade, que ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos dominem as competências e habilidades necessárias para a continuidade com bom desempenho nos seus estudos. Para se alcançar essa qualidade toda equipe escolar deverá estar consciente do seu papel e da sua responsabilidade social.

8. AVALIAÇÃO

Avaliar é atribuir um valor a fatos, objetos e desempenhos. Avaliar em educação é, segundo Luckesi (1988, p.18), “julgar dados relevantes para tomar uma decisão”.

A escola compreende a avaliação como um diagnóstico que possibilita ajudar o aluno a aprender e dominar as competências básicas essenciais para o seu progresso individual, contínuo e pleno, buscando capacitá-lo a participar ativamente da sociedade em que está inserido.

A avaliação na Escola Estadual Dr. Ulisses Vasconcelos tem caráter processual, formativo e participativo. Onde tornar-se capaz de investigar sua prática, refletir sobre suas ações, construir seus conceitos e formar suas ideias a partir de seu conhecimento prévio e do conhecimento adquirido ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Conforme Ott et al, (apud KHAHE, 1990, p.20),

O processo de avaliação é uma etapa de um processo mais amplo que inicia na sociedade, define o sistema educacional, institucionaliza na escola e acontece em sala de aula. Neste sentido a avaliação da aprendizagem, que, por sua vez, têm que ser contextualizados na escola – entendidos como professor, aluno, direção, comunidade – e na sociedade, que é o contexto mais global que se inclui.

A avaliação deve ser considerada em todas as dimensões do comportamento humano. Portanto não se pode avaliar o cognitivo, sem procurar compreender, analisar e avaliar, a dimensão que a área psicomotora e afetiva pode influenciar diretamente nela. Na avaliação integral do educando deve-se considerar todas as áreas.

A Escola Estadual Doutor Ulisses Vasconcelos utiliza em sua prática como avaliações internas: as avaliações diagnóstica, cumulativa e contínua de aprendizagem procurando sempre refletir, planejar e buscar novas metodologias que atinjam o desenvolvimento de ações e de aprendizagem com análise dos resultados.

Conforme Resolução da SEE/MG nº 2197/2012:

Na avaliação da aprendizagem, a Escola deverá utilizar procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes, questionários, adequando-os à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

Contempla também a referida resolução que:

As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, devem expressar, com clareza, o que é esperado do educando em relação à sua aprendizagem e ao que foi realizado pela Escola, devendo ser registrados para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

8.1 AVALIAÇÃO INTERNA DOS ALUNOS

Os resultados das avaliações internas serão convertidos em conceitos, que devem ser registrados no Diário de Classe de cada turma e na Ficha Individual do aluno ao final de cada bimestre. Os resultados devem ser divulgados aos pais ou responsáveis, até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada bimestre, por meio de reuniões bimestrais, entrega do portfólio e assinatura da ficha bimestral.

Os portfólios contendo todos os instrumentos utilizados para avaliação (provas, trabalhos escritos) devem ser devolvidos aos alunos após a sua correção. Será dada ao aluno nova oportunidade de realização das atividades para verificação de aprendizagem. Os pais levam o portfólio para analisar, em casa, junto com o filho o seu desempenho no bimestre.

São realizadas reuniões individuais para os pais quando seus filhos não estão se empenhando durante as aulas e não realizam as tarefas extraclases.

Durante as aulas especializadas os professores estão à disposição dos pais que necessitam de informações ou de solucionar problemas relativos aos filhos.

Os referenciais utilizados como registro para a avaliação no diário escolar, fichas individuais serão:

- Referencial para compreensão do desempenho nas Áreas de Conhecimento:

A – Apresentou competências e habilidades na mobilização dos conhecimentos, valores e decisões agindo de modo satisfatório nas situações vivenciadas. Equivale de 90 a 100 pontos.

B – Apresentou domínio parcial nas competências e habilidades na mobilização dos conhecimentos, valores e com maior segurança nas situações vivenciadas. Equivale de 70 a 89 pontos.

C – Necessita de apoio pedagógico para superação das dificuldades identificadas, para dominar as competências e habilidades necessárias para o seu desenvolvimento. Equivale abaixo de 70 pontos.

- Referencial para compreensão do Processo de Formação:

S – sim

N – não

AV – às vezes

- Para compreensão de Processo de Formação serão observados:

I – Atitudes e Valores Éticos – o aluno respeita os colegas e professores, interage nos grupos de trabalho e nas atividades fora de aula;

II – Compromisso/Criticidade – o aluno participa, efetivamente, do processo de construção do conhecimento, realizando trabalhos individuais e de grupo com iniciativa e criatividade, capacidade de argumentação, resolução de problemas, organização e conclusão das atividades propostas utilizando diferentes fontes de informação (jornais, revistas, livros filmes, documentos, enciclopédia, pessoas da comunidade) e diferentes formas de registro (escrita, gráfico, desenho, montagem, imagens...).

III – Participação da família – o aluno encontra na família o apoio e a participação para o seu desenvolvimento escolar.

As avaliações internas são definidas como parcial, atividades independentes e bimestral. A parcial é aplicada no final do primeiro mês do bimestre e procura avaliar o domínio parcial das competências trabalhadas neste período. As atividades independentes são pequenas atividades que procuram avaliar as competências procurando imediatamente a análise e revisão do conteúdo não apreendido ao longo de todo o bimestre. A bimestral é aplicada ao final do bimestre e procura avaliar todas as competências trabalhadas em todo o bimestre.

As avaliações servem de subsídios para o acompanhamento da construção do conhecimento do aluno e norteiam o desenvolvimento de uma ação pedagógica de modo diferente, onde o professor com a proposta de atividade alternativa e diversificada procura resignificar o processo de ensino aprendizagem daqueles que não adquiriram totalmente as competências trabalhadas. Boavida et. al (1992), afirma que:

[...]a avaliação só tem sentido se for acompanhada por uma mudança de atitudes, por uma concepção diferente do que seja, por parte do professor e dos alunos, a avaliação. Isto é, qual a sua função, o que é que se lhe deve pedir, como devemos atuar, em suma, quais são os seus reais objetivos. (BOAVIDA 1992, p.5)

8.2 AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ALUNOS

As avaliações externas à escola, realizadas em larga escala, são aplicadas pelos governos federal e estadual. Anualmente, são aplicadas pelo Sistema Mineiro de Avaliação da Escola Pública – SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB, que avalia os alunos do 5º ano do ciclo complementar, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e pelo Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA, que avalia os alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização, na disciplina de Língua Portuguesa. São aplicadas também pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP– que avalia, a cada dois anos, por meio da Prova Brasil, os alunos do 5º ano do ciclo complementar nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e por meio da Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA, os alunos do 3º ano do ciclo da alfabetização, na disciplina de Língua Portuguesa.

As avaliações externas objetivam avaliar especificamente os conteúdos curriculares, com o intuito de diagnosticar o nível de domínio das competências essenciais para a formação plena do educando e também determinar os fatores econômicos, sociais, educacionais e demográficos que influenciam nos desenvolvimentos das competências. E são considerados, pelos governos

nacional e estadual, como indicador que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação.

A partir da análise dos resultados das avaliações internas e externas, os professores, pedagogas e direção devem reunir-se para elaboração, anual, do Plano de Intervenção pedagógica – PIP e demais planos da escola.

Estes resultados são repassados aos pais em dia predefinido pela Secretaria Estadual de Educação, denominado pelo dia D, para análise, reflexão e tomada de decisões.

A divulgação dos resultados das avaliações externas é realizada de início internamente, no Dia D – Toda Escola deve fazer a diferença. É feito um estudo dos resultados, análise e levantamento das capacidades em que os alunos apresentaram defasagens para de imediato melhorar as práticas de ensino.

Posteriormente, a Escola é preparada para receber e acolher os pais, no dia D – Toda comunidade participando. O compromisso é sensibilizá-los de sua importância na garantia do sucesso nos resultados positivos dos filhos.

Os resultados do PROAFA/PROEB e IDEB são apresentados aos pais. É feita a análise junto com os pais, definindo coletivamente quais as capacidades em que os alunos apresentaram defasagens. Os resultados das reflexões serão transformados em ações que deverão ser incluídos no plano de intervenção pedagógica.

O ponto fundamental da intervenção pedagógica está situado em um trabalho bem planejado e executado no dia a dia em sala de aula, com o acompanhamento do professor e sua intervenção imediata no desempenho do aluno.

A Escola oferece diferentes oportunidades de aprendizagens através do Plano de Intervenção Pedagógica ao longo do ano letivo, que tem como meta o

atendimento às necessidades do aluno no domínio de todas as competências e habilidades das aprendizagens básicas.

Para o atendimento individualizado é elaborado um plano de atendimento constando a justificativa, a situação atual, os objetivos a serem alcançadas, as metas, ações e estratégias para melhorar o nível de aprendizagem do aluno. O plano de intervenção individual é registrado no caderno de trabalho do aluno.

Antes de iniciar a intervenção, os pais são convidados para participar de uma reunião onde são comunicados sobre a necessidade dos filhos terem um atendimento através do PIP. É solicitada a participação da família neste processo.

Conforme a Resolução 2197:

Faz parte integrante do Projeto Político-Pedagógico o Plano Intervenção Pedagógica (PIP) elaborado, anualmente, pela Equipe Pedagógica da Escola, a partir dos resultados das avaliações internas e externas, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e garantir a continuidade de seu percurso escolar.

Os profissionais da Escola devem reunir-se periodicamente, conforme cronograma estabelecido pela Equipe Gestora, para estudos, avaliação coletiva das ações desenvolvidas e redimensionadas do processo pedagógico, conforme o previsto no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Intervenção Pedagógica (PIP).

8.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA

A metodologia da Avaliação de Desempenho Individual – PDI – é estabelecida segundo legislação vigente. Conforme o Manual da Avaliação de Desempenho Individual - ADI dos Servidores da Secretaria de Estado De Educação os objetivos da Avaliação de desempenho individual são:

- I - Valorizar e reconhecer o desempenho eficiente do servidos;
- II - Aferir o desempenho do servidor no exercício do cargo ocupado ou função exercida;
- III - Identificar necessidades de capacitação do servidor
- IV - Fornecer subsídios à gestão da política de recursos humanos;

V - Aprimorar o desempenho do servidor e do Sistema Estadual de Educação;
possibilitar o estreitamento das relações interpessoais e a cooperação dos servidores entre si e com suas chefias;
VI - Promover a adequação funcional do servidor;
VII - Contribuir para o crescimento profissional do servidor e para o desenvolvimento de novas habilidades;
VIII - Contribuir para a implantação do princípio da eficiência na Administração pública do poder Executivo Estadual, a melhoria da prestação do serviço público e, em especial, da qualidade da educação escolar.

O referido manual estabelece que a avaliação de desempenho na Secretaria Estadual de Educação siga as especificidades das atribuições dos cargos ou funções. Os profissionais da educação foram agrupados conforme os seguintes segmentos:

A - Pessoal Docente: Professores da Educação Básica;

B - Supervisor Pedagógico, Orientador Educacional e Professores em outras funções na escola;

C - Ajudantes de Serviços Gerais.

Quanto ao processo avaliatório, o manual entende que é o tempo compreendido entre a publicação do Termo Inicial de Avaliação e a conclusão dos registros do desempenho de cada servidor, no Termo Final de Avaliação, pela Comissão de Avaliação.

A Comissão de Avaliação da Escola é composta por membros titulares e suplentes, escolhidos através do voto, e as reuniões devem ser presididas obrigatoriamente pela chefia imediata. A composição da Comissão deverá ser registrada em ata e os nomes dos membros afixados em local visível na escola.

Ainda em conformidade com o manual “[...] a comissão de Avaliação realizará os trabalhos com a presença da maioria absoluta de seus membros e, no caso de ausência de membro titular, o presidente deverá convocar, imediatamente, a presença do suplente”.

Existem normas legalmente estabelecidas, instrumentos próprios, fichas profissionais, e calendário para execução de todo o processo da avaliação. Concluído o trabalho, inserir, conforme calendário, os dados da avaliação de desempenho no SISAD.

Avaliação de Desempenho, como acima concebida, é o fechamento de todo um trabalho realizado durante o ano onde as ações, resultados e encaminhamento do ensino-aprendizagem são analisados, refletidos e as decisões são tomadas visando o crescimento profissional e as necessidades dos alunos atendidas.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pressupõe uma gestão democrática e comprometida com a qualidade da educação, perpassando por decisões estratégicas do Gestor da Escola, sem os quais o processo ficaria comprometido.

O Processo de revisão e/ou reestruturação do Projeto Político Pedagógico é compreendido por vários momentos interligados. Todos esses momentos passam por um processo de avaliação que possa permitir à Escola, caminhar do real para o ideal, desenvolvendo ações possíveis de serem executadas e implementadas.

A Escola tem um planejamento que leva em consideração o trabalho escolar e sua prática pedagógica, que viabilizando o desenvolvimento do Plano de Ensino, Plano de Aula, Plano de Ação e Plano de Intervenção Pedagógica, possibilitando a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem dos alunos nas avaliações internas e externas.

Ao Diretor da Escola, cabe a responsabilidade de imprimir o trabalho coletivo de construção e implementação desse instrumento. A confiança, o respeito mútuo, os sentimento de cooperação e de solidariedade, apropriando ao PPP como um instrumento para a consolidação de uma Escola que, de fato, possa cumprir sua função social.

REFERÊNCIAS

BOA VIDA, João et al. **Avaliação formativa: uma função diferente.** O professor. (3ª série). Mar/Abr. Lisboa: Editorial Caminho S.A., 1992.

BRASIL, (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394/1996 Brasília: Senado Federal, 1996.

_____, (2006). **Lei 11274 de 6 de fevereiro de 2006.** Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em 16/9/2014.

_____, Secretaria de Educação Básica. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios.** Ano 1: unidade 1. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____, (2013). **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

IDEB. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 28/07/14.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2007. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 20/07/2014>.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo.** Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisões.** 2001. Disponível em <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>>. Acesso em 8/8/2014.

KHAHE, Elizabeth D. **Avaliação escolar: pesquisa conscientizante.** Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: UFRGS, 1990.

LOPES, Antonia O. **Planejamento do ensino numa perspectiva crítica da educação.** In: VEIGA, Ilma P. A. (coord.). Repensando a didática. Campinas: Papirus, 1988.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da escola aberta.** Curitiba: Jornal da Secretaria Municipal, Ano V, julho, 1988.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO SEE Nº 1086, DE 16 DE ABRIL DE 2008. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino fundamental nas escolas

estaduais de Minas Gerais. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/banco_objetos_crv/%7B0556CBC9-402987-4EB1-A094-AA6B34C319DA%7D_RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N.pdf> . Acesso em: 16/9/2014.

_____. **Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE.** Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net>>. Acesso em 28/07/2014.

_____. (Estado). **Resolução SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em <<http://www.camarasaofrancisco.mg.gov.br/leis/leisestaduais/RESOLUCaO%20SEE%20No%202164.pdf/view>>.

_____. **Manual da Avaliação de desempenho individual - ADI dos servidores da Secretaria de estado de educação.** Disponível em <http://crv.educacao.mg.gov.br/aveonline40/banco_objetos/%7B3301864E-78ED41F3-A33F-E048C6FF27DE%7D_Manual%20da%20ADI-13-08.pdf> MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.